

PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL - O CASO DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA ¹

Gonçalo Sampaio e Mello

I. «To have the honour to meet Her Majesty The Queen and His Royal Highness The Duke of Edinburgh, The Prime Minister and Lady Churchill request the honour of the company of His Excellency Senhor Dr. Paulo Arsenio Virissimo Cunha at Dinner at Lancaster House, St. James's, on Friday, June 5.th at 8 p.m. Full Dress. R.S.V.P.»



convite que acaba de ser transcrito, dirigido por Winston Churchill a Paulo Cunha em 1953 quando da coroação oficial da rainha Isabel II, revela algo da singularidade e exemplaridade do património que hoje integra a Faculdade de Direito de Lisboa. Rico nos domínios histórico, arquitectónico, artístico, científico e literário, tal património de cultura justifica as palavras desta sessão, legitima que uma das rubricas do presente colóquio seja dedicada à Escola em cujo seio o mesmo se realiza. É pois com muito gosto que aqui estou neste fim-de-tarde de Maio, mês de Apolo, mês lúdico, líquido, translúcido, a fim de dissertar a respeito do tema que me foi assinalado. Acresce estarmos na presença do melhor curso sobre Património Cultural até à data levado a efeito no nosso País. Refiro-o sem falsa modéstia. Melhor pelo nível dos Oradores e pelo apuro técnico dos temas que foram chamados a enfrentar. Melhor pelo esmero da

¹ Palavras proferidas em 25 de Maio de 2016 no âmbito do I Curso Pós-Graduado em Direito do Património Cultural, levado a efeito pelo Instituto de Direito Privado da Faculdade de Direito de Lisboa (coordenação: Doutor João Martins Claro & Doutor José Luís Bonifácio Ramos). O autor agradece à Doutora Elsa Branco da Silva as valiosas sugestões que lhe facultou quando da respectiva publicação em letra de imprensa.

Organização, cujo preparo recaiu sobre os ombros do Senhor Walter Rodrigues, *the right man in the right place at the right moment*, seguramente dos mais distintos funcionários desta Casa dos últimos anos. Melhor, enfim, pela estirpe cultural do Auditório. Quando se me foi dado conhecer o *curriculum* da assistência que enche por completo esta sessão aqui vim deparar, com efeito, músicos, actores, conservadores, restauradores, investigadores, gestores culturais, bibliotecários, arquivistas, juristas, historiadores, antropólogos, arquitectos. Num universo de centena e meia de inscitos, oito possuem o grau de doutor e trinta e quatro possuem o grau de mestre. Ora foi então que se me ocorreu emudecer, bater em retirada ou até simular uma ausência. À imagem da famosa patroa de Coimbra cuja empregada, quando um qualquer importuno batia ao ferrolho, invariavelmente respondia «a Senhora manda dizer que não está», também eu quis mandar dizer que não estava. Afinal, que poderei vir ensinar a ouvintes que tudo ou quase tudo sabem, tudo ou quase tudo conhecem? Ironias da vida de um mestre-escola cuja carreira caminha para as trevas sombrias do esquecimento.

II. O tema que me cumpre versar tem como objecto o património histórico-cultural da Faculdade de Direito de Lisboa. Que dizer a respeito das origens da Escola? Sabemos que a Faculdade é uma instituição recente. Criada em 1911, sob outra designação, abriu as suas portas ao público em 1913, tendo por conseguinte pouco mais de um século de existência. Ora um século é o tempo de vida de um homem e a vida de um homem não passa de uma hora na História. Todavia, se a Escola é recente na criação não o é na tradição pois herdou do passado ritos, liturgias, hábitos, mentalidades, conhecimentos, expressões de transmissão cultural muito anteriores ao diploma que a fundou. Basta referir que todos os professores da primeira geração da Faculdade se diplomaram em Coimbra, centro universitário por excelência, herdeiro do velho «Estudo Geral» do rei D. Diniz e que para Lisboa convergiram depois documentos históricos coevos da fundação

da Nacionalidade. Temos assim, no património da Escola, bens móveis, bens imóveis e bens de natureza imaterial, cuja origem remonta à Baixa Idade Média.

Fruto da I República, sabe-se que a Faculdade nasceu graças à intervenção política de Afonso Costa. Foi este governante que, sendo Chefe do Governo e Ministro das Finanças, atribuiu à Escola, com efeito, a verba que lhe permitiu vingar. Trata-se de circunstância entre nós muito comum, tão comum que determinado autor costumava fungir a locução bíblica «ao princípio era o verbo», constante do Evangelho de São João, pela frase prosaica, e profana, «ao princípio era a verba», o suporte financeiro sem o qual as obras se não constroem. Delito de heresia, sem dúvida, mas *in casu* agudo e pertinente. Seja como for, o facto é que o parto da nova Escola não constituiu tarefa fácil. Deparou pela frente espinhos, arestas, dificuldades. Esbarrou desde logo contra Coimbra, a Lusa-Atenas, que desde 1537 detinha o monopólio do ensino jurídico mas, mesmo dentro da República, esbarrou contra a vontade de António José de Almeida e de outros notáveis, que não queriam uma escola de Direito na capital. Quem percorrer os anais da época irá encontrar ainda hoje os ecos do debate travado em torno do assunto, debate que se arrastou na Câmara dos Deputados até depois das 4 horas da madrugada e dividiu o Senado contra si próprio: 20 senadores votaram a favor e 16 senadores votaram contra a criação da nova Escola. O triunfo da Faculdade revelou-se assim tangencial, colhido no limite da controvérsia político-parlamentar da época.

Entretanto, uma vez criada, colocou-se no seu horizonte um outro problema que foi o de não dispor de instalações, não possuir casa própria. Que fazer, como fazer? *Fama est* que Afonso Costa teria desejado acomodá-la no Paço da Ajuda, antigo palácio real, a fim de que as embarcações do mundo inteiro, cruzando a barra do Tejo, pudessem contemplar *de visu* a magnificência da nova instituição. Mas não tendo logrado êxito viu-se a Faculdade obrigada a tomar de empréstimo o edifício da

antiga Escola Politécnica, a que se seguiu não muito depois o arrendamento do chamado «Palácio Valmor», imóvel sito no Campo de Santana que devia o seu nome à circunstância de haver pertencido a Fausto Pereira de Queiroz Guedes, Visconde de Valmor. Homem eminente, político, diplomata, parlamentar, a cujo espírito o País deve ainda hoje o Prémio que ilustra o seu nome, o Visconde de Valmor havia morrido em Paris sem descendência e a sua herança, incluindo o palácio, estava a ser objecto de partilha pelos herdeiros. Pois foi este o edifício que o Estado arrendou para nele instalar a futura Faculdade. Que dizer a respeito do mesmo? Tratava-se de uma bonita e elegante residência familiar. “Tinha dignidade a escadaria de acesso principal e o antigo salão de baile, revestido de espelhos e de medalhões”, escreve o Professor Soares Martínez, para além de possuir jardim, alameda, cavaleriça, casas de habitação e arrumos. Ocorre no entanto que não reunia condições mínimas para acomodar um estabelecimento de ensino, qualquer ele fosse, e por isso logo se afirmou, ou cogitou, que o arrendamento haveria de ser breve. Junte-se ainda um dado fundamental: o palácio não tinha biblioteca e nem mesmo ardósias ou quadros negros para registar as lições. Que fazer? Tenaz, persistente, Afonso Costa não se deixou impressionar por estas limitações. Usando da influência de que dispunha conseguiu que o Ministério do Interior cedesse à Faculdade livros do antigo Ministério do Reino – ele que era declaradamente anti-monárquico – e logrou que viessem para Lisboa as ardósias do extinto Colégio de São Fiel, outrora da Companhia de Jesus, que o próprio e os seus pares haviam irradiado do País em Outubro de 1910. Temos assim que nós, juristas, fomos beneficiários da Religião e da Monarquia por intermédio de Afonso Costa, fundador e primeiro director da Faculdade de Direito de Lisboa.

Nesse íterim, a Casa do Campo de Santana ia-se tornando cada vez mais exígua. Era-o desde a fundação, ficou dito já, mas era-o também face ao aumento do número dos seus

alunos, que foram crescendo sempre em progressão geométrica ao longo da I República e dos primeiros anos do Estado Novo. Eis o que explica as tentativas de lhe atribuir uma sede, construída de raiz, digna da sua missão cultural. Cito quatro momentos ilustrativos deste esforço empreendedor: 1918, 1925, 1932, 1934. 1918, governo de Sidónio Pais, é a data da portaria que nomeou uma comissão para escolher o terreno e para apresentar o projecto e o orçamento dos edifícios destinados à Reitoria e às Faculdades de Direito e de Letras da Universidade de Lisboa, comissão esta que contou com a presença de Raul Lino. 1925 é a data de uma exposição submetida ao Governo e ao Parlamento pelo Senado Universitário de Lisboa solicitando a construção dos mesmos edifícios. 1932 é a data de um decreto-lei visando a mesma finalidade. 1934 configura um novo decreto-lei através do qual ficou o Governo autorizado a levá-los a efeito, sendo Duarte Pacheco titular da pasta das Obras Públicas e Manuel Rodrigues titular da pasta da Justiça. Já em 1935 aparece pela primeira vez no panorama desta iniciativa um dos grandes nomes da arquitectura portuguesa do século XX. Refiro-me a Porfírio Pardal Monteiro. Sabemos que Pardal Monteiro e Duarte Pacheco chegaram a deslocar-se ao estrangeiro em missão de estudo com esse objectivo, tendo visitado Roma, Paris, Pompeia, Nápoles, Veneza, Argel. Sabemos que Pardal Monteiro elaborou vários desenhos e projectos para a «Casa do Saber» que a Faculdade de Direito, a Faculdade de Letras e a Reitoria da Universidade depois concretizaram. Sabemos que o assunto se arrastou ainda duas décadas, ou mais, sem obter solução. Sabemos enfim que Pardal Monteiro assistiu ao auto de entrega do edifício da Faculdade de Direito mas não esteve já presente na abertura da Faculdade de Letras e da Reitoria. Tocado pela doença - acosado pela doença - pôs termo à vida em Dezembro de 1957. Suicidou-se. Desaparecia assim do mundo dos vivos um homem que, numa época de ouro de obras públicas, havia projectado imóveis como a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional de

Estatística, a Gare Marítima de Alcântara, o Instituto Superior Técnico, a Igreja de Fátima, o Seminário dos Olivais, a sede do «Diário de Notícias», o Hotel Ritz, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Perguntar-se-á agora: que artistas foram convidados para decorar o novo edifício da Faculdade e como se houveram no desempenho da sua missão? Suponho que terão sido alguns dos melhores que então trabalhavam no País. Cito quatro nomes: Almada Negreiros, Barata Feyo, Lino António, António Duarte. Mais tarde, um quinto e um sexto nomes: Guilherme Camarinha e Martins Correia.

António Duarte foi autor de um baixo-relevo simbolizando a Família, a Justiça e a antiga Lei Escrita. Barata Feyo foi autor de um outro baixo-relevo simbolizando a Lei, a Paz, a Dignidade e a Glória. Camarinha projectou uma tapeçaria contendo as instituições fundamentais do Direito. Lino António elaborou um painel cerâmico representando a fundação da Universidade e uma tapeçaria simbolizando o juramento das Ordenações pelo *Rei Venturoso*. A Martins Correia ficou a Escola a dever uma estátua com a figura de Álvaro Paes, chanceler-mor de D. Pedro e de D. Fernando. Enfim, Almada Negreiros merece aqui referência especial. Chamado a decorar o pórtico da entrada da Faculdade, entendeu fazê-lo viajando alegoricamente através dos grandes momentos da história do Direito. Ali podemos contemplar, com efeito, figuras como Moisés, Heraclito, Pitágoras, Sócrates, Platão, Aristóteles, São Paulo, Santo Agostinho, Justiniano, Bártolo, São Tomás de Aquino e, entre os portugueses, vultos como João das Regras, Pedro Barbosa, Ruy da Grã, Mouzinho da Silveira, Coelho da Rocha, Visconde de Seabra. São dezenas de representações talhadas na pedra, a que não faltam sequer, como enquadramento plástico, trechos de línguas originais – grego, latim, hebraico, português. Simplesmente, neste friso elegante e erudito, nesta galeria intelectual e artística, cometeu Almada Negreiros dois erros – ou talvez não, investigador

competente que sempre quis ser. É que colocou lado a lado homens cujos ideais e projectos de vida haviam tornado incompatíveis. Refiro-me ao Marquês de Pombal e a Francisco Suárez, anti-jesuíta o primeiro, vulto da neo-Escolástica o segundo e refiro-me a Mello Freire e a Ribeiro dos Santos, mestres cuja disputa jurídico-político-ideológica em torno da chamada «Questão do Novo Código» para sempre afastou, tendo morrido de relações quebradas. Fico na dúvida sobre se Almada terá agido com reserva mental ou, ao inverso, terá pretendido integrar uns e outros no seio da grande Família Portuguesa. “Desenho, escrevo, esculpo, vitralizo, danço, teatralizo, cinematografizo e, se a minha arte não falar por qualquer destas vozes, que havemos nós de fazer? Façam de conta que eu já morri”, confidenciou certa vez a Luiz de Oliveira Guimarães. Não, Almada não morreu. Continua vivo na apologia do saber da Cidade Universitária.

Não vou fixar-me em Almada Negreiros, embora pretendesse fazê-lo. Sigo adiante para referir que antes mesmo dos painéis do mestre já a Faculdade vinha mandando executar a óleo o retrato dos seus doutores *laboris causa*. Trata-se de prática que persistiu até aos nossos dias e no âmbito da qual se não revelou avarenta, justo é admitir. Quem percorrer a Sala do Conselho Científico, a Sala da Direcção da Escola e os núcleos adjacentes a esta, irá encontrar, com efeito, telas de alguns dos grandes vultos da pintura portuguesa contemporânea. Refiro Eduardo Malta, Henrique Medina, António Alves, Domingos Rebelo, Abel Manta, Guilherme Filipe, Maria de Lourdes de Mello e Castro, Alberto Lacerda e, mais próximos de nós, aludo a Pedro Leitão, Luís Pinto-Coelho, Maluda, Sónia Donário, Luís Guimarães, Emília Nadal, Aristides Ambar. Contam-se por dezenas os medalhões iconográficos que iluminam as paredes da Casa, experiência estética e lúdica que importa reconhecer e sublinhar.

III. Criada em 1911, inaugurada em 1913, consolidada em 1928, objecto de reformas pedagógicas, foi a Faculdade sin-gando no tempo e no espaço, foi conquistando prestígio, foi

acumulando património. Incorporou as livrarias de Mendonça Cortez, Abrantes e Castro, Sousa Monteiro, Andrade Corvo, Marnoco e Sousa, Pereira Carrilho, Almeida Ribeiro, Pereira e Sousa (pai e filho); recebeu donativos – de Calouste Gulbenkian, do Conde da Covilhã, de Waldemar Ferreira; recolheu, conservou e inventariou manuscritos e impressos, autógrafos e apógrafos, éditos e inéditos. Eis o que explica possuir hoje documentos cuja raridade faz recair debaixo da aplicação da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. Num estudo feito por Pedro Pinto aos subterrâneos da Biblioteca da Escola identificou este ilustre investigador algumas dezenas de papéis cujo relevo cultural é manifesto, com efeito. Permita-se-me que mencione os seguintes: a) Pergaminho do século XII contendo um comentário bíblico ao *Livro de Neemias*, profeta hebreu e governador de Jerusalém, cujos costumes sociais e morais procurou reformar; b) Tradução portuguesa da obra *Historia Scholastica* de Pedro Comestor, teólogo francês, responsável pela Igreja de Notre Dame, contendo folhas datadas paleograficamente dos séculos XV e XVI; c) Instruções da Rainha D. Catarina de Áustria a D. Constantino de Bragança, Vice-Rei da Índia e conquistador de Ceilão, datadas do ano de 1558; d) Apostilas jurídicas dos séculos XVI, XVII e XVIII incorporando prelecções e comentários de lentes de Coimbra, sendo de salientar a tradução manuscrita de uma obra de Hugo Grócio levada a efeito por Ricardo Raymundo Nogueira; e) Atestado médico respeitante à saúde do pintor Domingos António de Sequeira mandado lavrar por Bernardo José de Abrantes e Castro, físico-mor do Reino; f) Cartas autógrafas de personalidades do século XIX a exemplo de António de Araújo de Azevedo, José Acúrsio das Neves, Jacome Ratton, Pina Manique, Francisco de Borja Garção Stockler, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Amarante, Visconde de Seabra, Oliveira Martins, Marquês de Alorna, Visconde de Santarém.

Entretanto, se sairmos do espaço da Biblioteca e caminharmos rumo às Salas-Museu «Professor Paulo Cunha» e

«Professor Marcello Caetano», fruto de contrato de doação e depósito celebrado com as respectivas Famílias, outras surpresas espreitam no horizonte. Suponho mesmo que alguns dos grandes documentos da Escola se não encontram na Biblioteca mas aqui, neste serviço, instituído em 2006 e ainda hoje à margem do alcance do público. Não se tratam apenas de papéis de portugueses ilustres – Humberto Delgado, Oliveira Salazar, Paulo Merêa, Cabral de Moncada, Vitorino Nemésio, Pedro Theotonio Pereira. Não. Refiro-me a documentos de cotação internacional, cujo relevo captaria o interesse de uma casa de Cultura, qualquer ela fosse, estivesse onde estivesse. *Brevitatis causa* limito-me a arrolar os que seguem: a) Carta credencial de Hirohito, Imperador do Japão, monarca de direito divino, que a rubricou sob forma de desenho em tom sépia; b) Carta credencial de Reza Pahlavi, Sha da Pérsia, destronado em 1979 por uma revolução islâmica que entregou o poder à égide espiritual de Khomeini; c) Retrato autografado de Maria Callas, cantora lírica, *A Diva*, mulher mítica, indomável, vulcânica que muitos homens gostariam de ter possuído mas só Aristóteles Onassis conseguiu conquistar, *fama est*; d) Programas musicais de Arthur Rubinstein, Paul Hindemith, Wilhelm Kempff, Georges Szell, compositores que passaram pelo nosso país nas décadas de 40 e de 50; e) Bilhete de visita e dedicatória de Hans Kelsen, jurista da Escola de Viena, redigido em francês e datado de Génève, Junho de 1940, corriam os tempos da II Guerra Mundial. Para quem goste de papéis eles aí estão, como se vê, falando por si próprios, à espera de ser conhecidos e divulgados entre nós e no exterior.

Entretanto, para além dos papéis existem os livros. Livros? Sim, livros. O livro, veículo cultural por excelência, é inseparável da história do homem. Desde o *Evangelho* ao *Contrato Social* foram sempre os livros que fizeram as revoluções, fez notar algures De Bonald e já nos nossos dias traçou Romano Guardini um *Elogio do Livro* no qual podem ler-se as palavras que seguem: “Quem ama o livro toma nas mãos essa coisa assim

chamada com um sentimento de calma familiaridade. Sente-o como uma criatura por quem se tem respeito, de quem se cuida e cuja presença corpórea é fonte de alegria. Para ele não se trata apenas de um meio para atingir um fim, seja este o mais espiritual de todos, trata-se de algo perfeito em si mesmo, prenehe de significados, capaz de oferecer com abundância.” Ora neste domínio o acervo da Faculdade é notável, tão notável como no anterior, ou mais ainda porventura. Num estudo dado à estampa em 2003 sob o título *Catálogo das obras impressas nos séculos XVI, XVII e XVIII – A colecção da Faculdade de Direito de Lisboa*, localizou Júlio Caio Velloso no acervo da Escola, com efeito, nada menos do que cerca de 1.000 volumes impressos entre 1501 e 1800, ou seja, entre o Renascimento e as vésperas do triunfo do Liberalismo. São livros de Direito, Filosofia, Teologia, História, Literatura, Política, Economia, que, embora se encontrem aqui ao lado, a escassos metros deste auditório, tiveram local de tiragem bem longe das fronteiras do nosso País. Constitui um privilégio para a inteligência, e mesmo para os sentidos, ler, tocar, cheirar, títulos impressos em Veneza, Turim, Roma, Pisa, Amsterdão, Genebra, Berlim, Londres, Paris, Orleans, Frankfurt, Hannover, Madrid, São Petersburgo, títulos que divulgaram autores de todas as épocas e latitudes, alguns deles intemporais e por isso sempre actuais. Bártolo, Acúrsio, Cujas, Molina, Stracca, Rabelais, Doneau, Montesquieu, Bossuet, Farinacci, Tomás de Aquino figuram neste rol e entre nós existem Gouveia, Pegas, João de Barros, Reinoso, Ayres Pinhel, Bento Gil, D. Francisco Manuel, António de Sousa de Macedo, João Pinto Ribeiro, Duarte Nunes de Leão. Aliás, nem faltam ao conjunto singularidades, peculiaridades, daquelas que fazem o júbilo de qualquer investigador. Refira-se o Edital do Santo Ofício que mandou apreender *Os Lusíadas* anotados por Manuel de Faria e Sousa; ou a 1.^a edição oficial das Ordenações Manuelinas, cuja data remonta a 1521; ou a tiragem falsa de Verney e do seu *Verdadeiro Metodo de Estudar*, que sabemos não ter saído do

prelo em Valensa, na oficina de Antonio Balle, mas em Itália, porventura, junto de Gennaro e Vincenzo Muzio. *Habent sua fata libelli*, seria caso para dizer.

IV. Escoados que estão os limites temporais desta palestra – espaço móvel da eternidade imóvel é o tempo, fazia notar Platão -, cumpre avançar rumo ao fim, ao *terminus* que me foi assinado. Dirijo-me pois ao essencial. E ao fazê-lo tomo consciência do quanto ficou por referir, passo por cima de aspectos muito relevantes do património da Escola. Deixo na sombra, desde logo, a ampliação do edifício, levada a efeito a partir de 1997 pelos Arquitectos Rui Barreiros Duarte e Ana Paula Pinheiro com base num estudo que não hesito em qualificar de brilhante. Brilhante porque duplicou o espaço da Faculdade, dotou-a de um auditório moderno, de três novos anfiteatros, de uma sala de audiências, de uma biblioteca presencial, de gabinetes de investigação para docentes. Mas brilhante também porque conseguiu conciliar o antigo com o novo, a tradição com o progresso: respeitando a marca da memória de Pardal Monteiro, foi mais longe, rumo ao futuro, e de tal modo logrou fazê-lo que entre o edifício de 1957 e o actual existe um casamento perfeito, para a vida, que não uma mera união de facto precária e provisória. Deixo na sombra, também, o protocolo de cooperação celebrado entre a Faculdade de Direito e a Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, caso único no País, que nos permitiu receber peças de cerâmica, pintura, escultura e gravura de muito mérito, a exemplo do painel de azulejos de Andreas Stocklein, datado de 1999, ou do óleo de Annamarie Jankovicz, tela emocionante na qual julgo ver a figura da Justiça e as três virtudes teologais a par de ícones de inspiração bizantina. Deixo na sombra esses e outros aspectos do nosso património para me concentrar no essencial. Ora o essencial, numa escola, são as pessoas. O essencial são sempre as pessoas. As escolas são lugares de pessoas, feitos por pessoas, feitos para pessoas. As escolas formam pessoas, nos planos cívico, intelectual e moral, e se o não fizerem terão

falhado a sua missão. Na sua racionalidade, liberdade e responsabilidade, constitui a pessoa um ser único, singular, irrepitível, a um tempo dionisíaco e apolíneo, *rationalis naturae individua substantia* na linguagem tomista e está também no coração do universo da cultura, que a escola recolhe do passado e procura transmitir ao futuro.

Dito isto, impõe-se perguntar: que pessoas formou a Faculdade de Direito de Lisboa ao longo dos últimos 100 anos? Qual o contributo para a vida colectiva portuguesa daqueles que por aqui passaram, estudando, trabalhando, investigando, leccionando, aprendendo, esquecendo, rindo, chorando, dormindo (fatal é o poder narcótico das sebentas...), daqueles que aqui viveram, conviveram, sofreram, sonharam, perderam, ganharam, caíram, triunfaram? Afinal, *spiritus flat ubi vult*, o que terá esta escola dado ao País que justifique manter as suas portas abertas, que legitime olhar para as outras com dignidade institucional?

Cumprido desde logo advertir que a nenhum dos seus alunos atribuiu a Faculdade até à data a classificação de 20 valores. Poderá a mesma constar da pauta, como consta, mas não existe na realidade. Constitui direito escrito mas não é direito aplicável. Ora isto coloca-nos perante duas alternativas: ou o património imaterial vigente, traduzido nas práticas rituais e sociais, não permite atribuir esta classificação, ou encontramos-nos na presença de um costume *contra legem*, contrário à lei positiva, que a arrogância iluminista do Marquês de Pombal julgou haver suprimido em 1769 mas continua a vigorar entre nós. *Tertium non datur*.

Em todo o caso: teve a Faculdade mestres, alunos e funcionários de todas as origens, raízes e latitudes, de todos os quadrantes políticos, ideológicos, sociais, étnicos, linguísticos, religiosos. Teve-os e tem-nos, às centenas, conforme poderão revelar os seus livros de Secretaria. O ponto é o seguinte, pois: qual o contributo dessas pessoas singulares para a vida colectiva do País?

Quero crer que a Faculdade de Direito de Lisboa deu ao País mais do que dele recebeu. Mais e melhor. *Sic et simpliciter*. Facultou-lhe juristas, homens de Leis, naturalmente, e essa é a razão de ser da sua existência. Mas não só. Facultou-lhe estadistas, professores, investigadores, escritores, historiadores, parlamentares, diplomatas, empresários, artistas, vultos cuja razão e imaginação ultrapassam em muito o domínio da Jurisprudência. É toda uma «teoria de individualidades», toda uma plêiade mental, moral e espiritual que desfila perante os nossos olhos ao longo do último século.

Senão vejamos.

Pelo que respeita a homens públicos, deu ao País quatro chefes do Estado (Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio, Marcelo Rebelo de Sousa) e nove chefes do Governo (Afonso Costa, Marcello Caetano, Palma Carlos, Sá Carneiro, Pinto Balsemão, Mário Soares, Durão Barroso, Santana Lopes, António Costa), mas deu também figuras como Álvaro Cunhal, Adriano Moreira, Carneiro Pacheco, Manuel Rodrigues, João Lumbrales, Freitas do Amaral, Caeiro da Matta, Armindo Monteiro, Luís Supico Pinto, Mota Amaral, Sottomayor Cardia, Vasco da Gama Fernandes.

De entre os poetas, os magos da lira, contam-se José Gomes Ferreira, Pedro Homem de Mello, Mário Beirão, João de Castro Osório, João Cabral do Nascimento, Ruy Belo, Américo Durão, Pedro Tamen, Cristovam Pavia, Florbela Espanca, esta última tragicamente desaparecida na flor da idade.

Homens de Letras, poetas e não poetas – ensaístas, ficcionistas, romancistas, linguistas, vernaculistas, jornalistas, dramaturgos, filólogos, críticos literários, cronistas, tradutores – são às dezenas, num elenco difícil de enumerar. Refiro Joaquim Paço d’Arcos, Urbano Tavares Rodrigues, Domingos Monteiro, Hernani Cidade, Júlio Evangelista, Helder Macedo, Amadeu Ferreira, Vasco Graça Moura, Manuel Heleno, Thomaz Ribeiro Collaço, Tomaz de Figueiredo, Luiz-Francisco Rebello, Luís

Sttau Monteiro, António Feijó, António Ferro, Augusto Abelaira, Almeida Faria, José Rodrigues Miguéis, Manuel Rodrigues Lapa, António Madahil, António Alçada Baptista, Norberto Lopes, Nuno Bragança, Guilherme Pereira da Rosa, Sofia Pinto Coelho, Elsa Branco da Silva, Helena Sacadura Cabral, Miguel Sousa Tavares, Vasco Pulido Valente.

Se deste rol passarmos aos artistas teremos outros tantos. Na finura da sua inteligência, no brilho da sua cultura, no clarão da sua sensibilidade teremos António Pedro, encenador, pintor e esteta, Mário Vieira de Carvalho, sociólogo e crítico da música, Duarte Ivo Cruz, investigador da história do teatro, Álvaro Casuto, Adriano Jordão, Manuel Ivo Cruz, Adolfo Canibal, Rão Kyao, compositores de relevo, Joaquim Leitão, Sofia Grillo, Francisco Pestana e António-Pedro Vasconcelos, peritos na arte cinematográfica.

No domínio da Filosofia, campo fértil e insondável, afirmaram-se Vieira de Almeida, Sant`Anna Dionísio, Fernando Gil, Afonso Botelho, António Braz Teixeira, António José Brandão, Francisco da Gama Caeiro, Mário Bigotte Chorão, José de Sousa e Brito, Jorge Preto, António Quadros, Menezes Cordeiro, José Lamego, todos eles nossos antigos alunos ou docentes.

Historiadores de ofício, possuídos do micróbio do passado mas transcendendo-o, foram Damião Peres, José Hermano Saraiva, José Freire Antunes, João Ameal, Rodrigues Cavaleiro, Ruy de Albuquerque, Eugénio da Cunha e Freitas, são no hoje em dia Martim de Albuquerque, Pedro Soares Martínez, Luís Bigotte Chorão, António Hespanha, Nuno Espinosa, Fernando Rosas, Jaime Nogueira Pinto, José Adelino Maltez, Francisco Bethencourt.

No universo dos diplomatas as individualidades multiplicam-se, mesmo apenas de entre aquelas que desempenham funções de embaixador. Menciono, *currente calamo*, Alberto Franco Nogueira, António Leite de Faria, José Calvet de Magalhães, Helder de Mendonça e Cunha, João de Deus Ramos,

Marcello Mathias, Carlos Fernandes, Rui Medina, António Monteiro, Adriano de Carvalho, José Manuel Cornélio da Silva, Renato Pinto Soares, Luís Pinto Coelho, José Manuel Villas-Boas, Fernão Favila Vieira, João de Freitas Cruz, Carlos Wemans, Armindo Monteiro, Ruy Ulrich, Ana Gomes, Pedro Roseta, Luís Navega, Luís Esteves Fernandes.

Entretanto, não se limitou a Faculdade a dar ao País as figuras que antecedem, e muito teria sido já. Não. Criatura volúvel, caprichosa, ambiciosa, foi mais longe e facultou-lhe três outros segmentos que não é comum encontrar numa escola de Direito. Refiro-me a empresários, aristocratas e sacerdotes – à moeda, à espada e à cruz, alegoricamente falando. Empresários e gestores financeiros como Miguel Quina, Bernardo Mendes de Almeida, Carlos Santos Ferreira, Carlos Câmara Pestana, Alexandre Soares dos Santos, Rui Patrício, Manuel Ricardo Espírito Santo, Francisco Vieira Machado, João Dias Rosas, José Gonçalo Correia de Oliveira. Aristocratas, em plena República, como foram os representantes dos títulos de Duque de Lafões, de Marquês de Pombal, de Marialva, de Lavradio, de Sampayo, de Ficalho, de Conde de Monsaraz, de São Martinho, de Macieira, de Bobone, de Visconde de Maiorca. Vultos do Espírito e da Igreja como são os bispos D. Manuel Clemente, Patriarca de Lisboa, D. Alexandre do Nascimento, Cardeal de Luanda, D. António dos Reis Rodrigues, Titular de Madarsuma, como são os padres João Seabra, António Vaz Pinto, Carlos Azevedo Mendes, Vítor Melícias, Gonçalo Portocarrero. Impressionante galeria, esta, sem a qual a nossa terra teria sido diferente, galeria de pessoas, naípe de individualidades, vivas e mortas, caminho árduo mas persistentemente percorrido. “O País tem de saber os esforços que tantos homens sábios e prestantes fizeram, por vezes em situações bem melindrosas e difíceis, para tornar aquele estabelecimento de ensino um dos mais notáveis e prestigiosos do seu género no mundo”, escreveu alguém por ocasião do cinquentenário da Escola; acrescentando de seguida: “Sobretudo,

não poderá esquecer os nomes das muitas centenas de homens que, como professores ou alunos, tão brilhantes posições conquistaram na vida social, política, económica e espiritual da Nação.” Assim foi, com efeito, e continua sendo, só que mais cinco décadas de vida colectiva correram e ao elenco inicial outros nomes vieram juntar-se, como temos visto, nomes cujo percurso é diverso, cuja singularidade torna dificilmente enquadráveis. Conservadores e progressistas, saudosistas e futuristas, realistas e prudencialistas, tradicionalistas e revolucionários, crentes e não crentes, ortodoxos e heterodoxos, excêntricos alguns deles, que diremos nós a respeito de Medina Carreira, Manuel de Lucena, Manuela Eanes, António Vitorino, Elina Guimarães, Leonor Beleza, Rui Machete, Basílio Horta, Jorge Carlos Fonseca, Cristina Fontes, que diremos acerca de Arnaldo Matos, Garcia Pereira, Mário Tomé, Augusto de Athayde, Nuno Rogeiro, Jorge Braga de Macedo, José Ribeiro e Castro, José Pacheco Pereira, Guilherme d’Oliveira Martins, Francisco de Sousa Tavares, Francisco Sarsfield Cabral? Isto, apenas isto: a escola de Lisboa esteve longe de ser uma «catedral do Tédio», na expressão que certo cronista utilizou para definir outras instituições de Ensino. Na *aldeia global* de McLuhan afirmou-se como sempre foi, igual a si própria, ou seja, como espaço único, irrepetível, incomparável.

V. Relego para o fim desta intervenção os profissionais do Direito. Natural é que o faça pois são eles a razão de ser do diploma que criou a Universidade de Lisboa e dois anos volvidos fez nascer esta Casa. *Last but not least*.

Oriundos de Coimbra ou nela formados vieram para a Capital durante a I República mestres juristas de renome. Cito dezena e meia: Afonso Costa, Abel de Andrade, José Tavares, Pedro Martins, Caeiro da Matta, Arthur Montenegro, Pinto Coelho, Vieira da Rocha, Lobo d’Ávila, Magalhães Collaço, Abranches Ferrão, Fernando Emygdio, Paulo Merêa, Carneiro Pacheco, Barbosa de Magalhães, Martinho Nobre de Mello.

Doutorados já em Lisboa foram muitos mais, o primeiro deles em 1919, o último em 2016. Abstraindo do risco de inevitáveis omissões – *honi soit qui mal y pense* – destacarei Paulo Cunha, Marcello Caetano, Galvão Telles, Cavaleiro de Ferreira, Raúl Ventura, Soares Martínez, Gomes da Silva, Palma Carlos, Fernando Olavo, Freitas do Amaral, Nuno Espinosa, Ruy de Albuquerque, Sousa Franco, Jorge Miranda, Oliveira Ascensão, Sérvulo Correia, Saldanha Sanches, Armando Marques Guedes, Isabel de Magalhães Collaço, João de Castro Mendes, Paulo de Pitta e Cunha, André Gonçalves Pereira. Uns e outros houveram por bem cooptar no Estrangeiro outros tantos doutores *honoris causa* a fim de que a Faculdade pudesse gozar da auréola do seu nome. Foram trinta e dois, ao todo, oriundos de países diversos - Espanha, França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Grécia, Bélgica, Roménia, Angola, Brasil. Eis alguns exemplos, que falam por si próprios: Léon Duguit, Louis Josserand, Raymond Barre, Maurice Allais, Domenico Maffei, Alan Peacock, Truyol y Serra, Sánchez-Albornoz, García-Gallo, Miguel Reale, Claus Canaris, Gilberto Freyre, Nicolaos Politis, Peter Haberle, Peter Badura, García y García.

Entretanto, para além dos docentes universitários, que quotidianamente pontificam nas cátedras, existem os outros profissionais do Direito. Existem magistrados, advogados, notários, conservadores, consultores, doutrinadores, assessores jurídicos, homens e mulheres que fizeram a sua formação mental nos bancos da Faculdade e na administração pública, no foro, nas academias, nas associações, nas fundações, nos organismos privados, nas tribunas internacionais até, muito têm feito valer da bagagem técnica adquirida em anos de estudo, trabalho, reflexão. Ora estes também são mestres, e dos melhores que existem. Estes também ensinam, orientam e projectam o nome da Escola onde quer que estejam, por onde quer que passem. Como ignorar, ainda no século XX, figuras como Azeredo Perdigão, Busdorff Silva, Vaz Pereira, Barbosa Viana, Rodrigues Bastos, Tito

Arantes, Francisco Caeiro, Francisco Velozo, Arala Chaves, Pires Cardoso, Pinheiro Farinha, Taborda Ferreira, Magalhães Godinho, Almeida Ribeiro, Tavares de Carvalho? Como ignorar, nos dias que correm, Vasco Vieira de Almeida, António Pires de Lima, Luís Saragga Leal, Júlio Castro Caldas, Armindo Ribeiro Mendes, Maria José Morgado, José António Veloso, Ricardo Sá Fernandes, Miguel Galvão Teles, Miguel Serpa Soares, Afonso d'Oliveira Martins, João Gonçalves Ferreira, António Pinto Leite, Sofia Galvão, Noronha Nascimento, Teresa Morais, Joana Marques Vidal?

Começou a Faculdade por leccionar Direito em Lisboa, já o referimos, mas encontra-se hoje a fazê-lo no mundo inteiro. Mantém protocolos de cooperação com o Brasil, a China, a Índia, a África do Sul, os Estados Unidos da América e todos os países de Língua Oficial Portuguesa. Tem sabido ensinar com rigor, competência e dignidade, quero crer. Mais: vez por outra tem-no feito até com alegria. Alegria? *Sic*, tal qual. Obra de misericórdia que o profeta Isaías e o apóstolo São Paulo tão bem cultivaram, a alegria constitui atributo fundamental; contém brilho, cor, luz, beleza, magia, epifania, esperança – virtude de quem dá, virtude de quem recebe.

Mas alegria porquê, perguntar-se-á? Permita-se-me que responda. Há dias, percorrendo os papéis do nosso Arquivo Histórico, onde passo algumas horas esquecido do mundo e da vida, fiz duas descobertas. A primeira foi a de que Amarelhe, Pargana, Mário Norton, Fraga Gonçalves, Rafael Calado e outros génios do lápis, mestres do humor e da caricatura, trabalharam para a Faculdade durante décadas, rindo e fazendo rir alunos, funcionários e professores nos seus borrões, desenhos e rascunhos de carácter jurídico. São peças dignas de antologia. A segunda prende-se com uma rábula famosa dos Anos 70, cujo teor correu mundo e cujo criador foi Nicolau Breyner: «*Como vai, Senhor Contente?/Como vai, Senhor Feliz?/Diga a gente, diga a gente,/Como vai este País.*» Actor, produtor, realizador,

guionista, mas cómico sobretudo, cómico ilustre, também Nicolau Breyner foi aluno da Faculdade de Direito de Lisboa. Aqui aprendeu as primeiras letras jurídicas, que não mais quis esquecer. Caso singular: partiu deste mundo faz agora dois meses, já o presente curso sobre Património Cultural havia aberto as suas portas. Pois também nós, aqui na Faculdade, o não esqueceremos. Também nós recordaremos o seu exemplo. *Requiescat in pace* pela alegria que andou espalhando sobre a terra.



BIBLOGRAFIA SUMÁRIA

- Aa. Vv., *O novo edifício da Faculdade de Direito na Cidade Universitária*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1957.
- Aa. Vv., «O Cinquentenário da Faculdade - As cerimónias de 20 de Dezembro de 1963 e de 10 de Janeiro de 1964», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XVII, 1964 (notas coligidas por Marcello Caetano).
- Aa. Vv., *Património da Universidade de Lisboa – Ciência e Arte*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011.
- Aa. Vv., *A Faculdade de Direito de Lisboa no seu Centenário*, vol. I – *A Instituição*; vol. II – *Os Doutores*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2013.
- Aa. Vv., *Testemunhos para o Futuro de Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Direito de Lisboa, 2017.
- Andrade, Abel de, «Relatórios do Director da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa sôbre os exercícios de 1930-1931, 1931-1932», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. II, 1934.

- Caetano, Marcello, «Apontamentos para a história da Faculdade de Direito de Lisboa», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XIII, 1959; *Pela Universidade de Lisboa! Estudos e Orações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.
- Caetano, Miguel, *Relação dos Documentos e outros Objectos depositados na «Sala Prof. Doutor Marcello Caetano» da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, 2010 (Inédito).
- Carlos, Adelino da Palma, «Palavras proferidas na sessão solene dos 75 Anos da Faculdade», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XXX, 1989.
- Duarte, Paulo & Paulo Jorge de Oliveira Martins, *Eventual classificação do Conjunto constituído pelos edifícios da Reitoria, da Faculdade de Direito e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Lisboa, freguesia de Campo Grande, concelho e distrito de Lisboa*, Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural, 2013 (Inédito).
- Evangelista, Júlio, «Aquela Casa do Campo de Sant'Anna», in *Largo da Boa Viagem*, vol. I, Lisboa, Universitária Editora, 1994.
- Faria, Cristina, «Análise orgânico-funcional da Faculdade de Direito de Lisboa (1913-1952)», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XLV, n.ºs 1-2, 2004.
- Homem, António Pedro Barbas, *Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Memória, Espaço e Arte*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2012; «A Faculdade de Direito», in *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX*, vol. II, Lisboa, Tinta-da-China, 2013.
- Martínez, Pedro Soares, «A Faculdade de Direito de Lisboa. Do Restabelecimento, em 1913, à Consolidação, em 1928», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de*

- Lisboa*, vol. XXXVIII, n.º 1, 1997; *A Faculdade de Direito de Lisboa e os seus Mestres* (No prelo).
- Martins, Paulo Jorge de Oliveira & Paulo Duarte, *Eventual classificação do Conjunto constituído pelos edifícios da Reitoria, da Faculdade de Direito e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Lisboa, freguesia de Campo Grande, concelho e distrito de Lisboa*, Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural, 2013 (Inédito).
- Mello, Gonçalo Sampaio e, *Núcleo Museológico «Sala Professor Paulo Cunha» - Inventário*, Lisboa, 2012 (Inédito); «A Faculdade de Direito», in *A Universidade de Lisboa nos Séculos XIX e XX*, vol. II, Lisboa, Tinta-da-China, 2013; *Em torno das gravuras de Almada Negreiros existentes no pórtico da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, 2014 (Inédito).
- Miranda, Jorge, *Textos ao serviço da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2001; *Textos ao serviço da Faculdade de Direito de Lisboa*, vol. II, Lisboa, Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2011.
- Negreiros, José de Almada, *Memória descritiva para a decoração do pórtico da Faculdade de Direito na Cidade Universitária de Lisboa*, Lisboa, 1957 (Inédito).
- Otero, Paulo, *Rocha Saraiva: o professor de Salazar. Universidade, Liberdade e Política*, Coimbra, Almedina, 2013.
- Pascoal, Ana Mehnert, *A Cidade do Saber. O património artístico integrado nos edifícios de Pardal Monteiro para a Cidade Universitária de Lisboa (1934-1961)*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2012.
- Pinto, Pedro, «Índice dos códices e manuscritos avulsos da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Suplemento, 2013.
- Rodrigues, Teresa Isabel Mariz, *Inventariação do Património*

- Documental da Faculdade de Direito. Relatório*, Lisboa, 2012 (Inédito).
- Silva, Elsa Branco da, *O Arquivo Histórico da Faculdade de Direito de Lisboa. Da organização da Informação à recuperação de Memórias Intemporais*, Lisboa, 2017 (Inédito).
- Silva, Fernando Emygdio da, «A Faculdade de Direito de Lisboa – Os seus primeiros dias», in *Conferências e mais Dizeres*, vol. I, Lisboa, Tip. da L.C.G.G., 1963; «Os cinquenta anos da Faculdade de Direito de Lisboa», in *Conferências e mais Dizeres*, vol. III, Lisboa, Tip. da L.C.G.G., 1964; «Pro Domo», in *Conferências e mais Dizeres*, vol. III, Lisboa, Tip. da L.C.G.G., 1964.
- Soares, Mário, «Palavras proferidas na sessão solene dos 75 Anos da Faculdade», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XXX, 1989.
- Sousa, Marcelo Rebelo de, «Palavras proferidas na sessão solene dos 75 Anos da Faculdade», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XXX, 1989; «Trinta e três anos de Professor», in *Archivum et Jus. Ciclo de Conferências. Actas*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2006.
- Telles, Inocêncio Galvão, «Relatório do Director da Faculdade de Direito (1958-1959)», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XIII, 1959; «Relatório do Director da Faculdade de Direito (1959-1960)», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XV, 1961-1962; «Nos 80 Anos da Faculdade», in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XXXIV, 1993.
- Velloso, Júlio Caio, *Catálogo das obras impressas nos séculos XVI, XVII e XVIII. A colecção da Faculdade de Direito de Lisboa*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2003.